

INSTITUTO AOCP

DIREITO CONSTITUCIONAL

221 QUESTÕES

CONCURSEIROS Abençoados

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

Assunto: Direito Constitucional: conceito e fontes. Estado, povo, território etc

Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa **correta.**

a) O Chefe de Governo representa o país nas suas relações internacionais, bem como corporifica a unidade interna do Estado.

b) O Chefe de Estado exercerá a liderança da política nacional, pela orientação das decisões gerais e pela direção da máquina administrativa.

c) Tanto no presidencialismo como no parlamentarismo, ocorre a acumulação dessas funções (Chefe de Governo e Chefe de Estado) em uma única pessoa.

d) O texto constitucional brasileiro expressamente adotou o presidencialismo, proclamando a junção das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, a serem realizadas pelo Presidente da República, prevendo-as no art. 84 da Constituição Federal.

e) Em alguns países, a função de chefe de Governo é exercida pelo Monarca e a de chefe de Estado, pelo Primeiro Ministro que chefia o gabinete.

Questão 2

Assunto: Direito Constitucional: conceito e fontes. Estado, povo, território etc

De acordo com o art. 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, a Federação corresponde

a) à Forma de Governo.

b) ao Sistema de Governo.

c) ao Regime de Governo.

d) à Forma de Estado.

e) à Organização Municipal.

Questão 3

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

São formas de governo:

a) Presidencialismo e Parlamentarismo.

b) Monarquia e República.

c) Estado liberal e Estado social.

d) Estado unitário e Estado federal.

e) Democracia e totalitarismo.

Questão 4

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

A respeito das funções exercidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a alternativa **correta.**

a) Ao apreciar defesas e recursos administrativos, o Poder Executivo desempenha uma de suas funções típicas.

b) O Poder Legislativo tem como uma de suas funções típicas a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Poder Executivo.

c) Ao elaborar os Regimentos internos de seus Tribunais, o Poder Judiciário desempenha uma de suas funções típicas.

d) A edição de medidas provisórias pelo Presidente da República configura função típica do Poder Executivo.

e) Quando o Senado julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, está exercendo função típica do Poder Legislativo.

Questão 5

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

O Estado é integrado por três poderes, aos quais correspondem três funções básicas: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Sobre a função de cada poder, é correto afirmar que

a) o Legislativo estabelece as leis a serem seguidas por uma sociedade.

b) o Executivo tem por responsabilidade impor e julgar a aplicação das leis, além de regulamentar, nas bases por elas previstas, a legislação aprovada pelo Legislativo, implementar políticas públicas, coletar impostos para o desempenho das funções do Estado e de seus componentes.

c) o Judiciário detém a capacidade de fiscalizar e implementar a lei estabelecida pelo Legislativo.

d) o Legislativo tem por responsabilidade impor e julgar a aplicação das leis, além de regulamentar, nas bases por elas previstas, a legislação aprovada pelo Legislativo, implementar políticas públicas, coletar impostos para o desempenho das funções do Estado e de seus componentes.

e) o Judiciário tem por responsabilidade impor e julgar a aplicação das leis, além de regulamentar, nas bases por elas previstas, a legislação aprovada pelo Legislativo, implementar políticas públicas, coletar impostos para o desempenho das funções do Estado e de seus componentes.

Questão 6

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

Há, basicamente, duas formas de Estado: o Estado Unitário e o Estado Federativo.

Sobre essas formas, é correto afirmar que

a) pelo Estado Unitário, o país é governado por entes subnacionais que integram o território.

b) o Estado Federativo conta com unidades subnacionais autônomas, com governo próprio, com competências estabelecidas pela Constituição do país e que não podem ser revogadas pelo governo central.

c) o Estado Federativo é governado a partir do governo central que, embora possa delegar poderes a níveis inferiores de governo, chamados unidades subnacionais, detém a autoridade para revogar essa delegação e retomar esse poder quando necessário.

d) no Estado Federativo, só há subdivisões territoriais com fins meramente administrativos, isto é, sem qualquer autonomia política, uma vez que as unidades subnacionais podem ser criadas ou extintas e ter seus poderes modificados pelo governo central.

e) o Estado Unitário se traduz na reunião de várias unidades de governo, cada qual com uma certa independência e autonomia interna, mas obedecendo todos a uma Constituição única.

Questão 7

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Sobre a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa inteiramente correta.

a) A atual Constituição brasileira foi outorgada no ano de 1988, por iniciativa do presidente da República.

b) O texto da Constituição da República é considerado "flexível".

c) Em razão de seu conteúdo, a Constituição Federal é qualificada como "analítica".

d) Embora publicada em 1988, a Constituição só entrou em vigência a partir de 1993, após a revisão constitucional prevista após 5 anos de sua publicação.

Questão 8

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Dispõe o artigo art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988, que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, o excerto apresentado é exemplo de norma constitucional de eficácia

a) plena.

b) limitada.

c) contida.

d) exaurida.

e) absoluta.

Questão 9

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

O inciso XIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Segundo a classificação de aplicabilidade das normas constitucionais apresentada por José Afonso da Silva, o inciso citado é norma constitucional de

a) eficácia plena.

b) eficácia contida.

c) eficácia absoluta.

d) eficácia limitada.

e) eficácia relativa complementável.

Questão 10

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa que apresenta as características do Poder Constituinte Originário.

a) Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.

b) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.

c) Inicial, limitado, subordinado e incondicionado.

d) Decorrente, limitado, subordinado e reformador.

e) Limitado, permanente, autônomo e condicionado.

Questão 11

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. A respeito do Poder Constituinte, é **correto** afirmar que

a) o Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.

b) o Poder Constituinte originário está previsto e regulado no texto da própria Constituição.

c) o Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.

d) o Poder Constituinte originário pode ser reformador ou revisor.

e) o Poder Constituinte originário é permanente, eis que não se esgota no momento do seu exercício, podendo ser convocado a qualquer momento pelo povo.

Questão 12

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) A dignidade da pessoa humana e a independência nacional são princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

b) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

c) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.

d) São bens da União, entre outros, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e os recursos minerais, exceto os do subsolo.

e) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que com a devida autorização dos órgãos públicos.

Questão 13

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Constitui(em) objetivo(s) fundamental(is) da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal:

a) erradicar a pobreza e o desemprego e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

b) garantir o desenvolvimento cultural.

c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

d) a irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu.

e) garantir o direito de propriedade.

Questão 14

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, possuindo determinados fundamentos. Assinale a alternativa que apresenta todos os fundamentos corretos.

a) Garantir o desenvolvimento nacional; soberania; reduzir as desigualdades sociais e regionais; dignidade da pessoa humana; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

b) Dignidade da pessoa humana; erradicar a pobreza e a marginalização; e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

c) Soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e pluralismo político.

d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; dignidade da pessoa humana; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

e) Garantir o desenvolvimento nacional; dignidade da pessoa humana; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e pluralismo político e soberania.

Questão 15

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Quanto aos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, assinale a alternativa correta.

a) Desigualdade entre os Estados.

b) Dependência nacional.

c) Intervenção.

d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

e) Não concessão de asilo político.

Questão 16

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição da República Federativa do Brasil trouxe em seu escopo os valores de um Estado de Bem-Estar Social.

Dentre os princípios desse modelo de sociedade, encontra-se

a) a supremacia do indivíduo sobre o coletivo.

b) a dignidade da pessoa humana.

c) a intervenção em detrimento da autodeterminação dos povos.

d) a valorização apenas do setor produtivo público.

e) o capitalismo de Estado sem intervenção privada.

Questão 17

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

a) construir uma sociedade livre, justa e soberana.

b) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.

c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

d) garantir o singularismo político.

e) radicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Questão 18

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Acerca dos princípios fundamentais do direito constitucional brasileiro, assinale a alternativa **correta.**

a) A autodeterminação dos povos não é princípio das relações internacionais brasileiras, uma vez que a União Federal não admite a possibilidade de secessão por se considerar indissolúvel.

b) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais e regionais.

c) Os Poderes da União são formados pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário e pela Administração Pública, sendo harmônicos entre si, embora dependentes em termos orçamentários.

d) No plano fundamental, o Brasil adota o regime de pluralismo político, sem quaisquer restrições que colidam com a promoção do bem de todos.

Questão 19

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A República Federativa do Brasil, conforme a Constituição Federal, é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito e tendo como fundamentos, **EXCETO**

a) a independência nacional.

b) o pluralismo político.

c) a dignidade da pessoa humana.

d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Questão 20

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Princípios podem ser definidos como pilares basilares que devem sustentar o ordenamento jurídico pátrio. São considerados princípios insculpidos em nossa Constituição, **EXCETO**

a) dignidade da pessoa humana.

b) livre iniciativa.

c) cidadania.

d) unicidade religiosa.

Questão 21

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A Constituição Federal estabelece, no artigo primeiro, os fundamentos da República Federativa do Brasil.

Dentre as alternativas a seguir, assinale a alternativa que apresenta um desses fundamentos.

a) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

b) Defesa da paz.

c) Dignidade da pessoa humana.

d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

e) Prevalência dos direitos humanos.

Questão 22

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A norma maior do Estado brasileiro, a Constituição Federal, estabelece no artigo quarto os princípios que regem as relações internacionais.

Dentre esses princípios, está/estão:

a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

b) a prevalência dos direitos humanos.

c) a dignidade da pessoa humana.

d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Questão 23

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Consoante à Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO

a) concessão de asilo político.

b) autodeterminação dos povos.

c) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

d) não-intervenção.

e) soberania nacional.

Questão 24

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Segundo a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Município e do Distrito Federal, constituise em Estado Democrático de Direito e tem como Fundamentos:

I. a soberania.

II. a cidadania.

III. a dignidade da pessoa humana.

IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

V. o particularismo político.

a) Apenas **I**, **III** e **V**.

b) Apenas **II**, **III** e **V**.

c) Apenas **III**, **IV** e **V**.

d) Apenas **I**, **II**, **III** e **IV**.

e) **I**, **II**, **III**, **IV** e **V**.

Questão 25

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

De acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. O referido dispositivo corresponde

a) ao Princípio da Soberania Popular.

b) a um Fundamento da República Federativa do Brasil.

c) a um Poder do Estado.

d) a um Objetivo da República Federativa do Brasil.

e) a um Objetivo dos poderes Executivo e Legislativo.

Questão 26

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

A Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada em 1988, foi batizada pelo então presidente da Assembleia Constituinte, Ulisses Guimarães, de "a Constituição Cidadã". Tal codinome dado à Constituição de 1988 pode ser justificado pelo fato de ela

a) trazer em seu bojo, como um dos objetivos centrais da Carta Magna, a erradicação da pobreza e da marginalização social.

b) trazer como escopo a implantação do socialismo como forma de erradicar as desigualdades sociais, contribuindo para a promoção humanística.

c) estabelecer a implantação de garantias e processos jurídicos que eram completamente inexistentes durante o período da Ditadura Militar, sendo essa a principal justificativa.

d) permitir a existência de um modelo econômico liberal, sem qualquer intervenção do Estado, possibilitando maior acesso pelos cidadãos de produtos estrangeiros.

e) estabelecer como um dos principais elementos jurídicos o conceito de que todos os cidadãos são iguais, mas que uns podem ser considerados mais iguais do que os outros, a fim de promover a igualdade.

Questão 27

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição é mais que uma carta de princípios, é a verdadeira força motriz da transformação social. Suas disposições não são meros programas, mas direitos concretos que cada cidadão deve buscar realizar. Sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

a) É objetivo da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento das regiões industrializadas, para livrar-se da dependência da produção rural.

b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

c) O direito de propriedade previsto na Constituição é absoluto e pode ser exercido por seu titular da forma que melhor lhe aprouver.

d) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, os Estados e os Municípios.

e) Admite-se, segundo a Constituição Federal, a prisão perpétua no Brasil para os crimes dolosos contra a vida.

Questão 28

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em observância ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, referente ao direito à obtenção de certidões, assinale a alternativa correta.

a) O remédio constitucional que protege o direito de certidão é o mandado de segurança.

b) O direito de obter certidão tem como finalidade a defesa de direitos e a defesa contra ilegalidade ou abuso de poder.

c) O direito à obtenção de certidões tem como finalidades a defesa de direitos e o esclarecimento de situações de interesse de terceiros.

d) O direito à obtenção de certidões em repartições públicas depende do pagamento de taxas, pois trata-se de prerrogativa de todas as pessoas.

e) O remédio constitucional destinado a proteger o direito de certidão é o habeas data.

Questão 29

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sobre os Direitos Constitucionais da inviolabilidade à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A violação desses bens jurídicos ensejará indenização, cujo montante deverá observar o grau de reprovabilidade da conduta.

b) O direito à honra protege, desse modo, o sentimento de dignidade e a reputação dos

indivíduos, o "bom nome" que os diferencia na sociedade.

c) As indenizações por dano material e por dano moral são cumuláveis, ou seja, diante de um mesmo fato, é possível que se reconheça o direito a ambas as indenizações.

d) As pessoas jurídicas não poderão ser indenizadas por dano moral, uma vez que não são titulares dos direitos à honra e à imagem.

e) A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis. Elas consistem espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas.

Questão 30

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa correta tendo em vista os direitos e garantias fundamentais.

a) É reconhecida a instituição do júri, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.

b) A prisão ilegal será imediatamente revogada pela autoridade judiciária.

c) Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

d) Ninguém poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na legislação ordinária.

e) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Questão 31

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

a) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

b) as entidades associativas, mesmo sem autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.

d) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação contida.

e) os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Questão 32

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa correta de acordo com o que disciplina a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais.

a) É assegurado a todos o acesso à informação, sendo garantida a publicidade da fonte.

b) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

d) A retificação de dados perante os órgãos públicos, quando não se prefira fazer por processo sigiloso, judicial ou administrativo, poderá ser feita através de mandado de injunção.

e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.

Questão 33

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base na temática direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) A lei penal não retroagirá, mesmo que para beneficiar o réu.

b) A prática do racismo constitui crime afiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

c) São a todos assegurados, dependendo do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

d) Conceder-se-á habeas data: para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

e) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Questão 34

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

a) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependendo de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

c) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive de caráter paramilitar.

e) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Questão 35

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prescreve uma série de direitos e garantias fundamentais ao indivíduo. Dentre eles, assinale a alternativa que apresenta aqueles que se enquadram no texto constitucional referido.

a) É livre a manifestação do pensamento, sendo o anonimato regulado em lei própria.

b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado da sentença.

c) A todos é assegurada, mediante prévio recolhimento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

d) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Questão 36

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Dentre os direitos e garantias fundamentais relacionados à liberdade de locomoção do indivíduo, assinale a alternativa equivalente ao texto constitucional.

a) É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

b) A lei penal retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

c) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, exceto por medida cautelar determinada pela autoridade policial.

d) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo as que forem indiretamente obtidas de boa-fé.

Questão 37

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Segundo o artigo 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Considerando o artigo mencionado da Constituição Federal brasileira, é **correto** afirmar que

a) ainda que em caso de iminente perigo público, a autoridade competente não poderá usar de propriedade particular sem autorização judicial.

b) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão do Poder Executivo.

c) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

d) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei estrangeira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei brasileira.

Questão 38

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Carta Magna, assinale a alternativa correta.

a) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

b) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante, exceto em casos urgentes para obtenção de informação necessária ao resgate de inocentes.

c) É permitida a prisão civil do devedor de crédito tributário, juntamente com a do depositário infiel e do devedor de alimentos.

d) Os jornalistas estrangeiros podem ser extraditados se cometerem crimes de opinião.

Questão 39

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5º da Constituição Federal enumera alguns direitos individuais que devem ser preservados tanto pelo Estado como por particulares.

Assinale a alternativa que apresenta um direito constitucionalmente previsto no referido artigo.

a) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.

b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer.

d) Haverá juízo ou tribunal de exceção.

e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Questão 40

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

O artigo 5º da Constituição Federal enumera alguns direitos e deveres individuais e coletivos que devem ser preservados tanto pelo Estado como por particulares.

Assinale a alternativa que apresenta um direito constitucionalmente previsto no referido artigo.

a) É garantido o direito de herança.

b) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, inclusive aquelas de caráter sigiloso, mesmo que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

c) A lei excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito quando não houver fundamento.

d) É assegurado aos presos o respeito à integridade física, apenas.

e) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Questão 41

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

a) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, em qualquer hipótese.

b) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

c) É assegurado a todos o acesso à informação e vedado o sigilo da fonte, ainda que necessário ao exercício profissional.

d) As associações só poderão ter as suas atividades compulsoriamente suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendidas aos sucessores ou contra eles executadas.

Questão 42

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Consoante aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Carta Constitucional, assinale a alternativa correta.

a) É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, de dados, telegráficas e da correspondência, salvo, no último caso, por ordem do Ministério Público, para fins de investigação criminal ou instrução processual civil.

b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, acordão penal condenatório de segunda instância.

c) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e posterior indenização em títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição.

d) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País sempre será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

e) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Questão 43

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa **INCORRETA**, tendo em vista a Constituição Federal de 1988.

a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

b) Aos autores, pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

c) Não haverá pena de morte, ainda que nos casos de guerra declarada.

d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

e) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

Questão 44

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Carta Constitucional, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

b) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

c) Às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

d) Constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Questão 45

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização exclusivamente pelo dano material decorrente de sua violação.

b) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, ainda que em caso de flagrante delito.

d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida a prévia autorização da autoridade competente.

e) As entidades associativas, ainda quando não expressamente autorizadas, possuem legitimidade para representar seus filiados extrajudicialmente.

Questão 46

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito da Carta Constitucional, assinale a alternativa correta.

a) A pessoa jurídica não detém legitimidade para propor ação popular.

b) Será admitido o mandado de injunção sempre que o ato lesivo atingir à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

c) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou mandado de injunção,

quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública.

d) Dentre outros, são legitimados para impetrar mandado de segurança coletivo o Governador do Estado e a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

e) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

Questão 47

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

a) É livre a manifestação do pensamento e permitido o anonimato, uma vez que no Brasil vigora a liberdade de expressão.

b) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização correspondente somente pelo dano material.

c) É assegurado a todos o acesso à informação e vedado o sigilo da fonte, ainda que necessário ao exercício profissional.

d) A lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.

e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Questão 48

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Tendo em consideração a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário a devida indenização ulterior pelo uso, independentemente de dano.

b) São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata.

d) Os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

e) Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, ainda que esta não tenha sido intentada no prazo legal.

Questão 49

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa INCORRETA no que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos.

a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

c) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

d) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

e) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, mas desde que com prévia licença no órgão competente.

Questão 50

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Conforme a Carta Constitucional, assinale a alternativa correta.

a) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado

antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

b) É permitida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, desde que observado o devido processo legal.

c) Aos litigantes, exclusivamente em processo judicial, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

d) Salvo quando comprovarem definitivamente a culpa do acusado, são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

e) É garantido o direito de propriedade, ainda que esta não atenda sua função social.

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
01	d	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
02	d	Instituto AOCP - Ag Fisc Agro (ADAF)/ADAF/2018
03	b	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
04	b	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
05	a	Instituto AOCP - Tec Form (UFPB)/UFPB/Gestão Pública/2019
06	b	Instituto AOCP - Tec Form (UFPB)/UFPB/Gestão Pública/2019
07	c	Instituto AOCP - Fisc (S Bento Sul)/Pref S Bento do Sul/Posturas/2019
08	c	Instituto AOCP - AFT (N Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/2020
09	b	Instituto AOCP - AU (UEFS)/UEFS/Direito/2018
10	b	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
11	e	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
12	c	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
13	c	Instituto AOCP - Per Of Crim (PC ES)/PC ES/Área 8/2019
14	c	Instituto AOCP - Adm Edi (UFPB)/UFPB/2019
15	d	Instituto AOCP - Adm Edi (UFPB)/UFPB/2019
16	b	Instituto AOCP - Adm (UFPB)/UFPB/2019
17	c	Instituto AOCP - Ass Adm (UFPB)/UFPB/2019
18	b	Instituto AOCP - Farm Bioq (UFRB)/UFRB/2019
19	a	Instituto AOCP - Ass (UFRB)/UFRB/Administração/2019
20	d	Instituto AOCP - Tec (UFRB)/UFRB/Laboratório/Microscopia/2019
21	c	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Necrópsia/2018
22	b	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Técnico Forense/2018
23	e	Instituto AOCP - Ag Adm (IPM RP)/IPM RP/2018
24	d	Instituto AOCP - Tec Con (IPM RP)/IPM RP/2018
25	a	Instituto AOCP - Adm (ADAF)/ADAF/2018
*	*	***JESUS TE AMA***

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
26	a	Instituto AOCP - Adm (UFPB)/UFPB/2019
27	b	Instituto AOCP - Ass (Novo Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/Fiscalização/2020
28	a	Instituto AOCP - AFT (N Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/2020
29	d	Instituto AOCP - AFT (N Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/2020
30	e	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
31	a	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
32	b	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
33	d	Instituto AOCP - Adm Edi (UFPB)/UFPB/2019
34	c	Instituto AOCP - Ass Adm (UFPB)/UFPB/2019
35	d	Instituto AOCP - Farm Bioq (UFRB)/UFRB/2019
36	a	Instituto AOCP - Farm Bioq (UFRB)/UFRB/2019
37	c	Instituto AOCP - Ass (UFRB)/UFRB/Administração/2019
38	a	Instituto AOCP - Fisc (S Bento Sul)/Pref S Bento do Sul/Posturas/2019
39	e	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Necrópsia/2018
40	a	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Técnico Forense/2018
41	b	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Apoio Especializado/Engenharia Civil/2018
42	e	Instituto AOCP - Of (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
43	c	Instituto AOCP - Of (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
44	d	Instituto AOCP - Of (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
45	b	Instituto AOCP - Of (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
46	a	Instituto AOCP - Of (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
47	e	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
48	b	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
49	e	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
50	a	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
*	*	***JESUS TE AMA***

Questão 51

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crimes hediondos, assim definidos em lei.

b) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

c) Com fundamento na soberania, o Brasil não se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

d) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, desde que com fiança.

e) A prisão ilegal será imediatamente revogada pela autoridade judiciária.

Questão 52

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, para que um tratado internacional sobre direitos humanos ingresse em nosso ordenamento jurídico com status de emenda constitucional, ele deve ser aprovado

a) pela Câmara dos Deputados, em único turno, pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

b) pelo Senado Federal, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

c) pela Mesa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

d) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

e) em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

Questão 53

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

a) É assegurada ao júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.

b) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

c) O civilmente identificado, a critério da autoridade policial, pode ser submetido à identificação criminal.

d) Não haverá juízo ou tribunal de exceção, salvo nos casos de genocídio.

e) É a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Questão 54

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação aos diversos direitos e garantias individuais e coletivos, estabelecidos pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**.

a) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

b) As presidiárias não podem permanecer com seus filhos para amamentá-los no cumprimento da pena.

c) Não haverá pena de morte, exceto em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX, da CF/88.

d) Haverá pena de trabalho forçado.

e) Não é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

Questão 55

Assunto: Mandado de Segurança

No exercício de suas atividades como Analista Judiciário – Área Administrativa, José recebeu um pedido de informações acerca dos servidores do TRT, para fins de instrução de mandado de segurança coletivo impetrado em face do tribunal. Acerca do mandado de segurança coletivo, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político independentemente de este possuir representação no Congresso Nacional.

b) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

c) Qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo, ficando o autor, salvo comprovada máfé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

e) O mandado de segurança coletivo deve ser impetrado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Questão 56

Assunto: Habeas Data

Conforme a Constituição Federal de 1988, conceder-se-á *habeas data* para

a) impedir ou interromper danos ao meio ambiente.

b) declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

c) a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

d) a anulação de atos lesivos à ordem urbanística.

e) invalidar condutas nocivas à moralidade administrativa.

Questão 57

Assunto: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Em relação ao Mandado de Segurança e ao Habeas Data, assinale a alternativa correta.

a) Ao despachar a inicial de habeas data, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de dez dias, preste as informações que julgar necessárias.

b) Da sentença que conceder ou negar o habeas data, cabe agravo.

c) Quando a sentença conceder o habeas data, o recurso terá efeito suspensivo.

d) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 60 (sessenta) dias, quando notificado judicialmente.

e) No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Questão 58

Assunto: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

Assinale a alternativa correta tendo em vista à legislação referente ao Mandado de Injunção, à Ação Popular e à Ação Civil Pública.

a) Referente ao mandado de injunção, a norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, ainda que a aplicação da norma editada lhes seja mais favorável.

b) Da decisão de relator que indeferir a petição inicial de mandado de injunção, caberá agravo, em 05 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.

c) A ação popular prescreve em 03 (três) anos.

d) Em sede de ação popular, a sentença que concluir pela procedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

e) Decorridos 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória em ação civil pública, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Questão 59

Assunto: Questões Mescladas de Remédios Constitucionais

A respeito da tutela constitucional das liberdades e dos remédios jurídicos adequados, assinale a alternativa correta.

a) O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros Tribunais ou dos respectivos órgãos.

b) O mandado de segurança só se admite em caráter repressivo. Não é possível o manejo de mandado de segurança com caráter preventivo.

c) A legitimação passiva é para requerer a segurança somente do titular do direito violado ou sob ameaça de violação, não se estendendo, em hipótese alguma, a terceiros a legitimidade para requerê-la.

d) A competência originária para processar e julgar Mandado de Segurança impetrado contra qualquer ato ou omissão de Tribunal Judiciário é do Supremo Tribunal Federal, visto que os Tribunais não podem processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra seus atos e omissões.

Questão 60

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

São direitos sociais expressamente consignados na Constituição Federal vigente:

a) iniciativa popular e saúde.

b) alimentação e iniciativa popular.

c) lazer e assistência aos desamparados.

d) nacionalidade brasileira e previdência social.

e) segurança e respeito.

Questão 61

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Os direitos sociais tiveram um grande avanço na Constituição de 1988 em comparação às legislações anteriores.

Nesse sentido, é correto afirmar que

a) os direitos sociais contemplam apenas cidadãos considerados vulneráveis.

b) são considerados direitos sociais a inafastabilidade da justiça e a presunção da inocência.

c) os direitos trabalhistas como férias e 13º salário pertencem ao rol de direitos sociais.

d) a isonomia perante a lei é uma conquista contemplada no rol de direitos sociais.

e) direitos sociais e direitos da personalidade são sinônimos.

Questão 62

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Considerando os direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

a) O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

b) São proibidos o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

c) É direito do trabalhador a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

d) É direito do trabalhador o repouso semanal remunerado, sem qualquer preferência quanto ao dia da sua concessão.

e) É livre a associação profissional ou sindical, cabendo ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exclusivamente em questões administrativas.

Questão 63

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Considerando os direitos sociais previstos na Lei Maior, assinale a alternativa que **NÃO** reproduz norma sobre direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

a) Constitui direito do trabalhador o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

b) A igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso é um direito estabelecido constitucionalmente.

c) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

d) O décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria, assim como a participação nos lucros ou resultados da empresa (desvinculada da remuneração) são direitos trabalhistas dispostos no texto constitucional, embora regulamentados em lei própria.

Questão 64

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A respeito dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos na Constituição Federativa do Brasil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as **corretas.**

I. Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

II. Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

III. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

IV. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

a) Apenas **II, III** e **IV.**

b) Apenas **II** e **III.**

c) Apenas **I, II** e **IV.**

d) Apenas **I** e **IV**.

Questão 65

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A Constituição de 1988 foi batizada de "Constituição Cidadã" pelo presidente da Assembleia Constituinte Ulisses Guimarães. Dentre as razões para tal denominação, destaca-se

a) a existência de um conjunto de normas que garantiam um mínimo existencial para os cidadãos por meio dos direitos sociais.

b) a garantia de uma economia liberal para melhor promover a diversidade econômica e a promoção do bem-estar.

c) a promoção de uma sociedade igualitária e totalitária para promover o socialismo e o comunismo.

d) a existência de um Estado pequeno que promovesse a autonomia dos cidadãos frente ao Estado intervencionista historicamente existente.

Questão 66

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Dentre os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, está o direito

a) ao meio ambiente saudável.

b) ao porte irrestrito de armas.

c) à saúde e à educação.

d) à informação.

Questão 67

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A respeito da efetividade dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

a) Os direitos sociais previstos na Constituição Federal estão todos inseridos em normas programáticas, de forma que não se vislumbra, segundo os postulados hermenêuticos contemporâneos, a possibilidade de aplicação imediata dessas normas.

b) Ao judiciário, é possível atuar diretamente para a garantia de direitos sociais diante da omissão do Poder Público em fazê-lo, como quando determina o fornecimento de medicamentos à população de baixa renda.

c) O Poder Público não tem obrigação de proporcionar aos cidadãos acesso ao lazer.

d) O direito à segurança no emprego previsto no art. 6º da Constituição Federal é garantido plenamente no ordenamento jurídico brasileiro, de forma que não pode um empregador romper, sem motivo, o contrato de trabalho.

Questão 68

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

O artigo 7º da Constituição Federal elenca uma série de direitos sociais que são garantidos aos cidadãos.

Dentre esses direitos, está

a) a garantia de salário inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

b) o décimo terceiro salário com base na remuneração parcial ou no valor da aposentadoria.

c) a jornada de cinco horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

d) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados.

e) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

Questão 69

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Paulo, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, é o responsável pela folha de pagamentos do tribunal e, portanto, precisa dominar as disposições constitucionais acerca do salário e remuneração do trabalho. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que NÃO representa um direito social previsto expressamente na Constituição Federal.

a) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

c) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

d) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

e) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

Questão 70

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Tício, Analista Judiciário – Área Administrativa no TRT, trabalha no setor de recursos humanos do tribunal e conhece as previsões constitucionais acerca dos direitos sociais. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

a) É permitido no texto constitucional, ainda que excepcionalmente, o trabalho para menores de dezesseis anos.

b) Em que pese ser proibida a diferença de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, é possível, na forma da lei, a diferença de critério de admissão por idade.

c) A Constituição Federal, apesar de prever a licença-maternidade como direito social, não garante, de forma expressa, o mesmo direito aos trabalhadores do sexo masculino.

d) É garantido o direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de, no mínimo, oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior.

e) A Constituição Federal garante o direito à indenização por acidente de trabalho, a ser paga pelo empregador que incorrer em dolo ou culpa, salvo se este arcar com o seguro contra acidentes de trabalho.

Questão 71

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

a) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais proteção em face da automação, na forma da lei.

b) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a irredutibilidade absoluta do salário.

c) É garantido o salário, nunca inferior ao mínimo, salvo para os que percebem remuneração variável.

d) Constitui crime qualquer a retenção do salário, ainda que culposa.

e) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade, em creches e pré-escolas.

Questão 72

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, segurodesemprego, em caso de desemprego, ainda que voluntário.

( ) São direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.

( ) Um dos direitos sociais garantidos no texto constitucional é a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

( ) De acordo com a Constituição Federal, é direito dos trabalhadores, urbanos e rurais, jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

a) F – V – F – V.

b) F – F – V – V.

c) F – V – F – F.

d) V – F – V – F.

e) F – V – V – F.

Questão 73

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Em concordância com a Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, é direito do trabalhador urbano e rural

a) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, ainda que haja negociação coletiva em sentido diverso.

b) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

c) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

d) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

e) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer somente com dolo.

Questão 74

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Manuel é funcionário público federal e tem direito a receber todos os anos o décimo terceiro salário com base na sua remuneração integral, tendo em vista a garantia prevista no inciso VIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil que contém os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, ou seja, os chamados Direitos Sociais.

Segundo o artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, são também Direitos Sociais, **EXCETO**

a) a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

b) a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

c) a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

d) o salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

e) a garantia a todos do acesso à informação, resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.

Questão 75

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Para fundamentar suas opiniões, um técnico de segurança do trabalho utiliza algumas disposições encontradas no texto atual da Constituição da República Federativa do Brasil. Com base nessa legislação, é correto o técnico afirmar que:

a) os empregadores devem organizar, manter e executar a inspeção do trabalho e não podem permitir o trabalho em condições insalubres.

b) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais que os empregadores façam a proibição imediata dos trabalhos perigosos, para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores.

c) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

d) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais um seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do INSS, sem excluir a indenização a que o empregador está obrigado quando incorrer em dolo ou culpa.

e) os empregadores devem pagar um adicional de periculosidade de 30% sobre o salário do trabalhador, caso este desenvolva atividades na presença de agentes biológicos.

Questão 76

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder

Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.

b) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

c) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

e) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

Questão 77

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

O art. 5º da Constituição Federal traz em seu bojo aquilo que se denomina "Direitos e Garantias Fundamentais". Dentre esses direitos, é possível destacar

a) a soberania do indivíduo sobre o coletivo.

b) a não interferência do Estado na vida privada.

c) o direito a não ser obrigado a nada senão em virtude da lei.

d) a obrigatoriedade de filiação a sindicatos.

Questão 78

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

O artigo 8º da Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

b) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

c) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um estado.

d) o trabalhador será obrigado a filiar-se e a manter-se filiado a sindicato.

e) o aposentado filiado não pode votar e ser votado nas organizações sindicais.

Questão 79

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

A Constituição Federal, em seu art. 114, III, dispõe que compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores. Tendo isso em vista, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições constitucionais, acerca da associação profissional ou sindical.

a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, bem como não poderá exigir registro em qualquer órgão estatal, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

b) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

c) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.

d) O aposentado filiado não poderá votar e ser votado nas organizações sindicais.

e) É vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa da mesma categoria profissional ou econômica, ainda que em bases territoriais distintas.

Questão 80

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

As associações profissionais ou sindicais são importantes instrumentos de defesa dos direitos dos trabalhadores que fazem parte da competência do Tribunal Regional do Trabalho. Acerca das previsões constitucionais sobre as associações profissionais ou sindicais, assinale a alternativa correta.

a) A criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica é vedada na mesma base territorial, a qual será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área do Estado.

b) Ao sindicato é vedada a defesa de direitos e interesses individuais.

c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

d) Nas empresas com mais de cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

e) É assegurado o direito de greve, competindo à diretoria do sindicato da categoria decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Questão 81

Assunto: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

As normas constitucionais determinam alguns cargos que são privativos de brasileiro nato. Dentre eles, está o cargo de

a) Ministro de Estado da Defesa.

b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

c) Governador de Estado.

d) Ministro da Justiça e Segurança Pública.

e) Advogado-Geral da União.

Questão 82

Assunto: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Tratando-se de direitos e garantias fundamentais, segundo o ordenamento constitucional brasileiro, assinale a alternativa **correta.**

a) A idade mínima de trinta e cinco anos para Governador e Vice- Governador de Estado e do Distrito Federal é uma das condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal.

b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, ainda que sem representação no Congresso Nacional.

c) Para fins de reconhecimento da nacionalidade brasileira, a Constituição Federal considera tanto o *ius solis* quanto o *ius sanguinis*.

d) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

e) É a todos assegurado, mediante o pagamento das respectivas taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Questão 83

Assunto: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Nacionalidade é o vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo desse indivíduo um componente do povo, da dimensão pessoal desse Estado, capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos.

Em relação à nacionalidade, assinale a alternativa **correta.**

a) Conforme o critério do *ius solis*, também denominado *ius sanguines*, o que interessa para a aquisição da nacionalidade é o sangue, a filiação, a

ascendência, sendo pouco importante o local onde o indivíduo nasceu.

b) A nacionalidade adquirida é aquela imposta, de maneira unilateral, independentemente da vontade do indivíduo, pelo Estado, no momento do nascimento.

c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, ainda que haja o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

d) O brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado, pelo Brasil, a pedido de Governo estrangeiro, pois a Constituição da República, em cláusula que não comporta exceção, impede, em caráter absoluto, a efetivação da entrega extradicional daquele que é titular de nacionalidade brasileira primária ou originária.

e) Revela-se possível, em nosso sistema jurídico-constitucional, a aquisição da nacionalidade brasileira *jure matrimonii,* vale dizer, como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

Questão 84

Assunto: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

João, brasileiro nato, após devido processo legal, transitado em julgado, perdeu a nacionalidade brasileira em razão de ter optado voluntariamente por nacionalidade estrangeira. Anos depois, João retornou ao Brasil e adquiriu a nacionalidade brasileira por meio da naturalização. De acordo com a Constituição Federal, assinale qual dos cargos a seguir poderá ser ocupado por João.

a) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

b) Oficial das forças armadas.

c) Embaixador.

d) Senador.

e) Ministro de Estado de Defesa.

Questão 85

Assunto: Distinções constitucionais entre brasileiros natos e naturalizados

Assinale a alternativa que NÃO constitui cargo privativo de brasileiro nato de acordo com a Constituição Federal.

a) De oficial das Forças Armadas.

b) De Presidente de qualquer das Cortes Superiores.

c) Da carreira diplomática.

d) De Ministro de Estado da Defesa.

e) De Presidente da Câmara dos Deputados.

Questão 86

Assunto: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

De acordo com o contido na Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante

a) Referendo, Ação Popular e Iniciativa Popular.

b) Referendo, Eleições Gerais e Ação Popular.

c) Mandado de Injunção, Iniciativa Popular e Ação Direta de Inconstitucionalidade.

d) Plebiscito, Mandado de Injunção e Iniciativa Popular.

e) Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular.

Questão 87

Assunto: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

De acordo com a Constituição Federal, na forma da lei, dentre outras, é condição de elegibilidade a idade mínima de

a) trinta anos para Senador.

b) vinte e cinco anos para Governador.

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.

d) dezoito anos para Vereador, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital.

e) trinta anos para Presidente da República.

Questão 88

Assunto: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

a) A idade mínima para elegibilidade ao cargo de governador é de trinta e cinco anos.

b) São inelegíveis e inalistáveis os analfabetos.

c) A soberania popular será exercida, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

d) O alistamento eleitoral e o voto é facultativo para os maiores de sessenta e cinco anos.

e) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de vereador ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Questão 89

Assunto: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

a) O militar alistável é elegível desde que, contando com menos de dez anos de serviço, seja agregado pela autoridade superior e, se eleito, passe automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

b) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

c) A ação de impugnação de mandato será sempre pública, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

d) A condenação criminal transitada em julgado é uma das possibilidades de cassação dos direitos políticos, enquanto durarem seus efeitos.

e) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Questão 90

Assunto: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

São condições de elegibilidade, dentre outras, para Governador e Vice- Governador de Estado e do Distrito- Federal, a idade mínima de

a) 35 (trinta e cinco) anos.

b) 21 (vinte e um) anos.

c) 18 (dezoito) anos.

d) 30 (trinta) anos.

e) 25 (vinte e cinco) anos.

Questão 91

Assunto: Soberania Popular (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular), Alistamento e Elegibilidade

Sobre nacionalidade e direitos políticos, assinale a alternativa **correta**.

a) Brasileiros naturalizados não podem concorrer a quaisquer cargos políticos.

b) Brasileiros naturalizados não podem, em hipótese alguma, perder a nacionalidade brasileira.

c) A nacionalidade brasileira não é uma condição de elegibilidade.

d) Brasileiros naturalizados com, no mínimo, 30 (trinta) anos de idade, podem concorrer ao cargo

de Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.

e) Apenas brasileiros natos com, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de idade, podem concorrer ao cargo de Presidente e Vice- Presidente da República e Senador.

Questão 92

Assunto: Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa **correta.**

a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.

b) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.

c) São elegíveis os inalistáveis.

d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

e) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Questão 93

Assunto: Partidos Políticos (art. 17 da CF/1988)

Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa **correta.**

a) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

b) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.

c) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.

d) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

e) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

Questão 94

Assunto: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **correta** acerca da Organização Político-Administrativa do Estado.

a) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.

b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios farse-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Ordinária.

d) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação das Assembleias Legislativas dos Estados diretamente interessados e do Congresso Nacional, por lei ordinária.

e) São considerados como bens dos Estados da Federação os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

Questão 95

Assunto: Da Organização Político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Em relação à organização do Estado assinale a alternativa correta.

a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

b) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas à União.

c) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Executivo Estadual.

d) Qualquer Município do Brasil pode criar seu próprio Tribunal de Contas.

e) Os territórios não poderão ser divididos em municípios.

Questão 96

Assunto: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre

a) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

b) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

c) sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais.

d) trânsito e transporte.

e) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

Questão 97

Assunto: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, compete PRIVATIVAMENTE à União legislar sobre

a) direito tributário.

b) caça e pesca.

c) previdência social.

d) desapropriação.

e) proteção à infância e à juventude.

Questão 98

Assunto: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

a) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

b) sistemas de consórcios e sorteios.

c) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.

d) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

e) populações indígenas.

Questão 99

Assunto: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

A Constituição estabelece como um dos pontos asseguradores do convívio das entidades federativas a repartição de suas competências, garantindo-lhes autonomia e também ordenação quanto às hierarquias e divisões de competências. O princípio geral que norteia a repartição de competências entre os entes federativos é o interesse. Sobre as competências dos Municípios, assinale a alternativa correta.

a) Os Municípios têm competência administrativa exclusiva para legislar sobre assuntos de interesse regional.

b) Cabe aos Municípios legislar sobre os horários de abertura e fechamento do comércio, não se inserindo, nessa competência, a legislação que trate do uso de mão de obra assalariada pelos estabelecimentos comerciais.

c) O Município pode criar legislação que tipifique determinada conduta como infração de trânsito.

d) Compete ao Município a concessão do direito de explorar serviços de radiodifusão sonora.

e) Os Municípios não têm competência para legislar sobre parcelamento e ocupação do solo urbano.

Questão 100

Assunto: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Segundo as disposições constitucionais acerca dos Municípios, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de

a) 9 Vereadores, nos Municípios de até 20.000 habitantes.

b) 11 Vereadores, nos Municípios de mais de 20.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.

c) 13 Vereadores, nos Municípios de mais de 30.000 habitantes e de até 50.000 habitantes.

d) 15 Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 habitantes e de até 100.000 habitantes.

e) 17 Vereadores, nos Municípios de mais de 100.000 habitantes e de até 120.000 habitantes; e assim sucessivamente.

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
51	b	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
52	d	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
53	e	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
54	c	Instituto AOCP - Ag Fisc Agro (ADAF)/ADAF/2018
55	d	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
56	c	Instituto AOCP - Of (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
57	a	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
58	b	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
59	a	Instituto AOCP - Adv (Pref S Bento S)/Pref S Bento do Sul/2019
60	c	Instituto AOCP - Adm Edi (UFPB)/UFPB/2019
61	c	Instituto AOCP - Adm (UFPB)/UFPB/2019
62	c	Instituto AOCP - Ass Adm (UFPB)/UFPB/2019
63	c	Instituto AOCP - Farm Bioq (UFRB)/UFRB/2019
64	d	Instituto AOCP - Ass (UFRB)/UFRB/Administração/2019
65	a	Instituto AOCP - Tec (UFRB)/UFRB/Laboratório/Microscopia/2019
66	c	Instituto AOCP - Tec (UFRB)/UFRB/Laboratório/Microscopia/2019
67	b	Instituto AOCP - Adv (Pref S Bento S)/Pref S Bento do Sul/2019
68	e	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Técnico Forense/2018
69	b	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
70	a	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
71	a	Instituto AOCP - TJ TRT1/TRT 1/Administrativa/Segurança/2018
72	e	Instituto AOCP - TJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
73	c	Instituto AOCP - Ag Adm (IPM RP)/IPM RP/2018
74	e	Instituto AOCP - AU (UEFS)/UEFS/Direito/2018
75	c	Instituto AOCP - TU (UEFS)/UEFS/Técnica/Segurança do Trabalho/2018
*	*	***JESUS TE AMA***

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
76	c	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
77	c	Instituto AOCP - Tec (UFRB)/UFRB/Laboratório/Microscopia/2019
78	a	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Necrópsia/2018
79	b	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2018
80	c	Instituto AOCP - TJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
81	a	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
82	c	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
83	d	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
84	d	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
85	b	Instituto AOCP - TJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
86	e	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
87	c	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
88	c	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Apoio Especializado/Engenharia Civil/2018
89	e	Instituto AOCP - TJ TRT1/TRT 1/Administrativa/Segurança/2018
90	d	Instituto AOCP - Adm (ADAF)/ADAF/2018
91	e	Instituto AOCP - Adm (ADAF)/ADAF/2018
92	d	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
93	a	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
94	b	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
95	a	Instituto AOCP - AU (UEFS)/UEFS/Administração/2018
96	a	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
97	d	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
98	d	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
99	b	Instituto AOCP - Ass (Novo Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/Fiscalização/2020
100	c	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
*	*	***JESUS TE AMA***

Questão 101

Assunto: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

No Brasil, o(s) único(s) ente(s) federativo(s) que **NÃO** possui/em competência judiciária é/são:

a) a União.

b) os Estados.

c) o Poder Legislativo.

d) os Municípios.

e) o Distrito Federal.

Questão 102

Assunto: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Assinale a alternativa que apresenta uma competência municipal.

a) Manter programas de ensino médio.

b) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União, o sistema de prisões.

c) Organizar os transportes intermunicipais dentro do seu território.

d) Organizar e fornecer, diretamente ou sob regime de concessão, os serviços públicos de interesse local, incluindo transporte coletivo.

e) Estruturar e manter a polícia civil e militar e garantir a segurança dos cidadãos.

Questão 103

Assunto: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

A Constituição Federal prevê, em seu art. 30 as competências legislativas municipais. Com base nessa disposição e na repartição de competências na República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

a) É atribuição da União, exclusivamente, garantir o fornecimento de medicamentos à população de baixa renda.

b) Para cumprimento do princípio da moralidade na administração pública, basta que o administrador cumpra estritamente a legalidade.

c) Interesses locais são aqueles que dizem respeito mais diretamente às necessidades do município, ainda que reflitam, indiretamente, em outros interesses regionais e nacionais. Exemplo disso é o horário de funcionamento do comércio local, que pode ser regulado com base no inciso I do art. 30 da CF/88.

d) A desburocratização dos serviços públicos não está diretamente ligada ao princípio da eficiência da administração.

Questão 104

Assunto: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta tendo em vista a Constituição Federal de 1988.

a) Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes.

b) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de sete por cento da receita do Município.

c) A Câmara Municipal não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

d) Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino superior.

Questão 105

Assunto: Municípios - organização e competências (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta segundo a Constituição Federal de 1988.

a) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, é um Estado Democrático de

Direito e tem como fundamento, entre outros, construir uma sociedade livre, justa e solidária.

b) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

d) Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar o repasse, ao Poder Legislativo, até o dia dez de cada mês.

e) Compete aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a respectiva legislação municipal sobre o assunto.

Questão 106

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

A nossa Constituição (CFRB/88), em especial o seu art. 37, estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios:

a) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

b) Liberdade de Expressão, de Moradia, de Ir e Vir, ao Pagamento.

c) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Paciência.

d) Legalidade, Pessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

e) Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência e Liberdade de Moradia.

Questão 107

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Para o ato praticado pela administração pública estar revestido de legalidade, deverá atentar-se para o que preveem os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988 – CFRB/88 –, sendo que a sua não-observância implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei. Diante dessa afirmação, assinale alternativa correta.

a) A investidura em cargo ou emprego público não depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

b) Apenas a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sem nenhuma ressalva.

c) As nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração dependem da aprovação em concurso público.

d) A investidura em qualquer emprego depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

e) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Questão 108

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O texto constitucional brasileiro arrola princípios constitucionais da administração pública de forma explícita, positivando, dessa maneira, os fundamentos da atividade administrativa. Sobre os

princípios constitucionais administrativos, assinale a alternativa **correta.**

a) O princípio da publicidade está ligado ao direito de informação dos cidadãos e ao dever de transparência do Estado, em conexão direta com o princípio democrático, sendo vedada qualquer restrição no sentido de limitá-lo.

b) O princípio da legalidade faz referência a um tipo de norma específica, a lei ordinária ou complementar, do ponto de vista estrutural, não se incluindo, portanto, normas inferiores a elas.

c) Por princípio da impessoalidade entende- se o comando constitucional, no sentido de que à Administração não é permitido fazer diferenciações que não se justifiquem juridicamente, pois não é dado ao administrador o direito de utilizar- se de interesses e opiniões pessoais na construção das decisões oriundas do exercício de suas atribuições.

d) O princípio da moralidade, haja vista o preâmbulo constitucional, está conectado com a religiosidade monoteísta e a ela deve regular-se, baseando seus ditames na unificação da gestão pública ao ente divino citado no texto constitucional.

Questão 109

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

É/são aplicada(s) qual(is) das seguintes disposições ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo?

a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, esse servidor continuará a exercer seu cargo, emprego ou função.

b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe obrigatório optar pela sua remuneração.

c) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, lhe será facultado optar pela sua remuneração.

d) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para todos os efeitos legais.

e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados com base nos últimos cinco exercícios.

Questão 110

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

João é servidor público do TRT e está no exercício de mandato eletivo. Tendo essa situação hipotética em vista e considerando apenas o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Se João ocupar mandato eletivo federal, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

b) Caso João esteja investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

c) Investido no mandato de Prefeito, João será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

d) Na hipótese de João ocupar mandato eletivo distrital, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

e) Sendo João investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo sem direito à remuneração.

Questão 111

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) A Constituição Federal prevê que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

( ) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

( ) O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são absolutamente irredutíveis.

( ) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

a) F – V – F – V.

b) V – F – V – F.

c) V – V – F – F.

d) F – V – V – F.

e) V – V – F – V.

Questão 112

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Felipe é servidor estável no TRT. Diante disso, assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.

a) Felipe poderá perder o cargo em decorrência de sentença judicial não transitada em julgado, para a qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo.

b) Se o cargo de Felipe for extinto, ele ficará em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

c) Se Felipe for demitido e sua demissão for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem.

d) É possível que Felipe venha a perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.

e) Felipe só poderá perder o cargo mediante processo judicial em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Questão 113

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Assinale a alternativa INCORRETA no tocante à Constituição Federal de 1988.

a) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

d) Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

e) Durante o prazo prorrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Questão 114

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Informe se é **verdadeiro** (**V**) ou **falso** (**F**) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por um ano.

( ) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

( ) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

a) F – V – V – F.

b) F – F – V – V.

c) V – F – F – V.

d) V – V – F – V.

e) V – F – V – F.

Questão 115

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal é a norma fundamental da Administração Pública. Nesse artigo, estão dispostos regras e princípios que norteiam a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação à Administração Pública, conforme disciplinado no referido dispositivo constitucional, julgue o item a seguir.

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 116

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal é a norma fundamental da Administração Pública. Nesse artigo, estão dispostos regras e princípios que norteiam a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação à Administração Pública, conforme disciplinado no referido dispositivo constitucional, julgue o item a seguir.

É vedada, em qualquer situação, a acumulação remunerada de cargos públicos.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 117

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

O artigo 37 da Constituição Federal é a norma fundamental da Administração Pública. Nesse artigo, estão dispostos regras e princípios que norteiam a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação à Administração Pública, conforme disciplinado no referido dispositivo constitucional, julgue o item a seguir.

Somente por decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo poderão ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 118

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, estão os princípios e outras condições que devem ser obedecidas pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em relação a esses princípios e outras condições, julgue o item a seguir.

A administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 119

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, estão os princípios e outras condições que devem ser obedecidas pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em relação a esses princípios e outras condições, julgue o item a seguir.

Dentre as condições estabelecidas na Constituição, está que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos para os cargos em comissão destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 120

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

No artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, estão os princípios e outras condições que devem ser obedecidas pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em relação a esses princípios e outras condições, julgue o item a seguir.

Embora existam exceções legais, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes que atenderem às exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 121

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

De acordo com o princípio da legalidade, encampado no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar que

a) a Administração Pública pode fazer o que a lei não autoriza, prevalecendo a autonomia da vontade daquela.

b) a Administração Pública deve fazer o que a lei autoriza.

c) no âmbito da Administração Pública, interesse público e interesse privado são equivalentes.

d) no âmbito da Administração Pública, os fins justificam os meios.

e) a Administração Pública, no âmbito de suas atividades, pode atender interesses privados em detrimento dos interesses da coletividade.

Questão 122

Assunto: Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **correta** de acordo com o art. 37, §6º, da Constituição Federal de 1988.

a) Os agentes públicos causadores do dano a terceiros (e do prejuízo ao erário) serão responsabilizados pelo Estado em ação de regresso.

b) As pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta e que exercem atividade econômica, respondem pelos danos causados a terceiros, independentemente de culpa.

c) Apenas as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos causados a terceiros, por seus agentes, independentemente de culpa.

d) A responsabilidade civil é imputável ao Estado, ainda que o agente público causador do dano não esteja no exercício de suas funções públicas.

e) Tendo sido causado o dano por conduta omissiva do agente público, no exercício de suas funções, a responsabilidade civil do Estado independerá da prova de culpa.

Questão 123

Assunto: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Assim sendo, o servidor abrangido pelo

regime próprio de previdência social será aposentado

a) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando suscetível de readaptação.

b) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de Lei Ordinária.

c) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de Lei Ordinária.

d) no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em Lei do respectivo ente federativo.

e) no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

Questão 124

Assunto: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Acerca da disciplina dos servidores públicos disposta no texto constitucional, assinale a alternativa que reproduz a norma consagrada na Lei Maior.

a) São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento temporário em virtude de concurso público.

b) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público aplica-se o regime geral de previdência social.

c) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, salvo para beneficiar o servidor temporário.

d) O servidor público estável só perderá o cargo mediante sindicância administrativa.

Questão 125

Assunto: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

O que é assegurado aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988?

a) Regime de previdência de caráter contributivo e solidário.

b) Regime de previdência privada contratado pelo servidor.

c) Regime de previdência equivalente aos funcionários privados.

d) Regime de previdência de caráter distributivo e temporário.

e) Regime de previdência de caráter retributivo e acessório.

Questão 126

Assunto: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

No que tange à organização do Estado quanto aos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

a) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, sendo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, sendo obrigatória, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

b) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

c) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

d) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata o artigo 40 da Constituição Federal de 1988 (servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações), inclusive para portadores de deficiência.

e) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime especial de previdência social.

Questão 127

Assunto: Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas no que concerne à Constituição Federal de 1988.

I. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

II. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

III. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até sua adequada reintegração em outro cargo.

IV. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

a) Apenas **I** e **II**.

b) Apenas **III** e **IV**.

c) Apenas **I**, **III** e **IV**.

d) Apenas **I**, **II** e **III**.

e) Apenas **II**, **III** e **IV**.

Questão 128

Assunto: Do Senado Federal (art. 52 da CF/1988)

Sobre as atribuições do Congresso Nacional e seus órgãos, assinale a alternativa **correta.**

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice- Presidente da República e os Ministros de Estado.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador- Geral da República e o Advogado- Geral da União nos crimes de responsabilidade.

c) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por maioria simples e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador- Geral da República antes do término de seu mandato.

d) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão 129

Assunto: Do Senado Federal (art. 52 da CF/1988)

De acordo com o texto constitucional, compete PRIVATIVAMENTE ao Senado Federal

a) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador- Geral da República.

b) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

c) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

d) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

e) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Questão 130

Assunto: Do Senado Federal (art. 52 da CF/1988)

Sobre o Poder Legislativo Federal, assinale a alternativa **correta**.

a) Cada Estado e o Distrito-Federal elegerão 03 (três) Senadores, com mandato de 04 (quatro) anos.

b) Cada Senador será eleito com 01 (um) suplente.

c) Incumbe privativamente ao Senado Federal autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente e os Ministros de Estado.

d) Incumbe privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente nos crimes de responsabilidade.

e) Incumbe privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Questão 131

Assunto: Dos Deputados e Senadores (arts. 53 a 56 da CF/1988)

A respeito das incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **correta.**

a) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares sejam proprietários,controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito privado, ou que nela exerçam função remunerada.

b) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

c) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares patrocinem causa em que seja interessada empresa privada.

d) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares firmem ou mantenham contratos com pessoa jurídica de direito público, exceto se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

e) Desde a expedição do diploma, esses parlamentares não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público.

Questão 132

Assunto: Questões Mescladas de Poder Legislativo (arts. 44 a 75 da CF/1988)

Conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

b) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, por pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros.

c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.

d) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

e) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Questão 133

Assunto: Fases do processo legislativo (iniciativa, discussão, voto, veto, sanção, promulgação e publicação)

Assinale a alternativa correta considerando as disposições constitucionais acerca do processo legislativo.

a) No que concerne às leis delegadas, a delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

b) O veto será apreciado em sessão unicameral, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

c) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de quarenta e cinco dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

d) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Questão 134

Assunto: Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

O Tribunal Regional do Trabalho, como órgão integrante do Poder Público Federal, está sujeito à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial exercida pelo Tribunal de Contas da União. Levando em consideração as disposições constitucionais acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

a) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

b) O controle externo, a cargo do Senado, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

c) Compete à Câmara dos Deputados aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

d) O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, bimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

e) O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

Questão 135

Assunto: Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Em relação à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir.

O poder de fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é outorgado aos órgãos coletivos de cada Câmara do Congresso Nacional, no plano federal.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 136

Assunto: Competências para Fiscalização e Tribunal de Contas da União (arts. 70 a 73 da CF/1988)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será

exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Em relação à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir.

A fiscalização legislativa é outorgada aos órgãos da Câmara de Vereadores e sempre aos seus membros individualmente.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 137

Assunto: Questões Mescladas de Poder Legislativo (arts. 44 a 75 da CF/1988)

A Constituição Federal, visando, principalmente, evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, previu a existência dos Poderes do Estado e da Instituição do Ministério Público, independentes e harmônicos entre si, repartindo entre eles as funções estatais e prevendo prerrogativas e imunidades para que bem pudessem exercê-las, bem como criando mecanismos de controles recíprocos, sempre como garantia da perpetuidade do Estado democrático de Direito. No tocante à organização dos poderes, assinale a alternativa **correta.**

a) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, mudar temporariamente sua sede.

b) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

c) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

d) O pedido de sustação do andamento de ação decorrente do recebimento de denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de sessenta dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

e) Os Deputados e Senadores não podem, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Questão 138

Assunto: Do Presidente e Vice Presidente da República (arts. 76 a 83 da CF/1988)

Com base no que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil quanto ao Poder Executivo, assinale a alternativa **correta.**

a) A chefia de Estado e a chefia de Governo são exercidas pelo Presidente da República com o auxílio dos Ministros de Estado.

b) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice- Presidente da República, nos dois primeiros anos do período presidencial, serão realizadas novas eleições indiretamente, em sessão do Congresso Nacional.

c) Somente brasileiros natos, maiores de trinta anos, poderão exercer a função de Ministro de Estado.

d) Compete privativamente ao Vice- Presidente da República vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

e) O Presidente da República é membro do Conselho da República.

Questão 139

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

Compete privativamente ao Presidente da República

a) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

b) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o Advogado-Geral da União.

c) nomear, sem a necessidade de participação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal

Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador- Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

d) nomear e exonerar, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros de Estado.

e) exercer, com o auxílio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, a direção superior da administração federal.

Questão 140

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

Dentre outras, é/são atribuição(ões) privativa(s) do Presidente da República, segundo as disposições constitucionais,

a) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

b) requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

c) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.

d) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

e) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador- Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

Questão 141

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que **NÃO** corresponda a uma atribuição privativa do Presidente da República.

a) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

b) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

c) Dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

d) Exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.

e) Autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.

Questão 142

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO representa uma das atribuições do Presidente da República.

a) Convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

b) Nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição, e o Advogado-Geral da União.

c) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

d) Comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

e) Prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

Questão 143

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta sobre o poder regulamentar da Administração Pública de acordo com a Constituição.

a) Somente os Poderes Executivos da União e dos Estados detêm esse poder.

b) Admite apenas e exclusivamente a edição de decretos regulamentares.

c) Admite decreto autônomo para criar obrigações aos administrados.

d) Pode ser delegado em caráter geral e definitivo.

e) É função típica do Poder Executivo.

Questão 144

Assunto: Órgãos do Poder Judiciário (art. 92 da CF/1988)

Quanto ao Poder Judiciário, a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que

a) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, porém não é assegurada autonomia financeira.

b) o Estatuto da Magistratura trata-se de Lei Ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

c) são, dentre outros, órgãos do Poder Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares.

d) o quinto constitucional é a norma que prevê que um quinto dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios será composto por membros oriundos do Poder Executivo.

e) o Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela Câmara de Deputados.

Questão 145

Assunto: Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

Assinale a alternativa **correta** de acordo com o que dispõe a Constituição federal acerca do Poder Judiciário.

a) Lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

b) A Justiça Militar não está vinculada ao Poder Judiciário.

c) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

d) É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes alternadas em lista de merecimento.

e) Ao juiz titular, não é obrigatório residir na respectiva comarca, salvo por determinação do tribunal.

Questão 146

Assunto: Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca do Estatuto da Magistratura.

a) Deve ser estabelecido por Lei Ordinária de iniciativa do Poder Executivo.

b) É instituído por Lei Complementar de iniciativa do Congresso Nacional.

c) Será disposto por Lei Ordinária de inciativa do Senado Federal.

d) Deve ser estabelecido por Lei Ordinária de iniciativa do Congresso Nacional.

e) É instituído por Lei Complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

Questão 147

Assunto: Das garantias e vedações (poder judiciário, art. 95 da CF/1988)

Sobre os juízes, suas garantias e proibições segundo as normas constitucionais, assinale a alternativa **correta.**

a) É permitido aos magistrados dedicar-se à atividade político-partidária.

b) É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

c) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovabilidade, salvo por motivo de interesse público.

d) Os juízes podem exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo ou função, inclusive o de magistério.

e) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 148

Assunto: Competências privativas (poder judiciário, art. 96 da CF/1988)

No exercício da atividade de Analista Judiciário, lida-se diariamente com questões acerca da competência, atribuições e características do Poder Judiciário. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal.

a) Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal a alteração do número de membros dos tribunais inferiores.

b) Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal organizar as secretarias e serviços auxiliares dos tribunais inferiores e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.

c) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

d) Aos juízes é vedado exercer outro cargo ou função, salvo se estiver em disponibilidade.

e) São órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Regionais do Trabalho e o Ministério Público.

Questão 149

Assunto: Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe

a) processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

b) processar e julgar, mediante recurso extraordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

c) processar e julgar, mediante recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

d) julgar, em recurso ordinário, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

e) julgar, em recurso ordinário, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

Questão 150

Assunto: Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

O Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, os quais são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Concernente às competências do STF, incumbe-lhe processar e julgar, originariamente, **EXCETO**

a) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

b) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

c) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

d) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns

e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

e) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
101	d	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
102	d	Instituto AOCP - Tec Form (UFPB)/UFPB/Gestão Pública/2019
103	d	Instituto AOCP - Adv (Pref S Bento S)/Pref S Bento do Sul/2019
104	a	Instituto AOCP - Adv (CM CS Agosti)/CM C Sto Agostinho/2019
105	b	Instituto AOCP - Ag Adm (IPM RP)/IPM RP/2018
106	a	Instituto AOCP - GM (Novo Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/2020
107	e	Instituto AOCP - GM (Novo Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/2020
108	c	Instituto AOCP - Farm Bioq (UFRB)/UFRB/2019
109	c	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Técnico Forense/2018
110	c	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
111	c	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
112	c	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2018
113	e	Instituto AOCP - Ag Adm (IPM RP)/IPM RP/2018
114	a	Instituto AOCP - Tec Con (IPM RP)/IPM RP/2018
115	c	Instituto AOCP - Ana TI (UFOB)/UFOB/Desenvolvimento/2018
116	e	Instituto AOCP - Ana TI (UFOB)/UFOB/Desenvolvimento/2018
117	e	Instituto AOCP - Ana TI (UFOB)/UFOB/Desenvolvimento/2018
118	c	Instituto AOCP - Ass Adm (UFOB)/UFOB/2018
119	c	Instituto AOCP - Ass Adm (UFOB)/UFOB/2018
120	c	Instituto AOCP - Ass Adm (UFOB)/UFOB/2018
121	b	Instituto AOCP - Adm (ADAF)/ADAF/2018
122	a	Instituto AOCP - Ag Fisc Agro (ADAF)/ADAF/2018
123	e	Instituto AOCP - AFT (N Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/2020
124	b	Instituto AOCP - Farm Bioq (UFRB)/UFRB/2019
125	a	Instituto AOCP - Adm (UFFS)/UFFS/2019
*	*	***JESUS TE AMA***

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
126	b	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Necrópsia/2018
127	a	Instituto AOCP - Ag Adm (IPM RP)/IPM RP/2018
128	d	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
129	a	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
130	e	Instituto AOCP - Adm (ADAF)/ADAF/2018
131	e	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
132	a	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
133	a	Instituto AOCP - Adv (CM CS Agosti)/CM C Sto Agostinho/2019
134	a	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018
135	c	Instituto AOCP - Cont (UNIR)/UNIR/2018
136	e	Instituto AOCP - Cont (UNIR)/UNIR/2018
137	b	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
138	a	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
139	b	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
140	e	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
141	e	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
142	e	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018
143	e	Instituto AOCP - AU (UEFS)/UEFS/Administração/2018
144	c	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
145	c	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
146	e	Instituto AOCP - TJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
147	c	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
148	c	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018
149	a	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
150	c	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
*	*	***JESUS TE AMA***

Questão 151

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão que compõe o Poder Judiciário e tem, dentre suas atribuições, o controle da atuação administrativa e financeira do Tribunal Regional do Trabalho e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. De acordo com o que dispõe expressamente a Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta apenas alguns dos membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça.

a) Três membros do Ministério Público dos Estados e um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

b) Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo respectivo tribunal.

c) Um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal, e um juiz federal, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

d) O Procurador-Geral da República e dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.

e) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça, e um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Questão 152

Assunto: Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

Acerca do Superior Tribunal de Justiça, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) É competência do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o habeas corpus quando o paciente for membro do Ministério Público Estadual.

( ) O Superior Tribunal de Justiça é composto por trinta e três membros, sendo que, destes, dois terços devem ser escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

( ) É competência do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o habeas corpus quando o paciente for Comandante da Marinha.

a) F – V – F.

b) V – V – F.

c) F – F – V.

d) F – F – F.

e) V – V – V.

Questão 153

Assunto: Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

Acerca da Justiça do Trabalho, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

b) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

c) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar a execução de ofício da contribuição social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.

d) O Conselho Superior da Justiça do Trabalho é órgão da Justiça do Trabalho, cabendolhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões não terão efeito vinculante.

e) Compete à Justiça do Trabalho, processar e julgar os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista e o Superior Tribunal de Justiça.

Questão 154

Assunto: Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) A Constituição Federal fixa expressamente todas as competências das cortes superiores, aí inclusos o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho.

( ) Dentre os membros do Tribunal Superior do Trabalho, estão seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

( ) Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

( ) O subsídio dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho corresponde a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

a) V – F – V – F.

b) V – F – F – V.

c) F – V – F – V.

d) F – V – V – F.

e) F – F – V – V.

Questão 155

Assunto: Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

A Justiça do Trabalho é composta por diversos órgãos dentre os quais está o Tribunal Superior do Trabalho - TST. Funciona, junto ao TST, o Conselho Superior de Justiça do Trabalho ao qual, de acordo com o que dispõe o texto constitucional, compete

a) exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

b) processar e julgar, originariamente, areclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

c) processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

d) julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

e) processar e julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

Questão 156

Assunto: Questões Mescladas de Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

Referente ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

a) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se á em decisão por voto da maioria do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

b) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

c) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 02 (dois) anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

d) As custas e emolumentos serão destinados, preferencialmente, ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

e) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

Questão 157

Assunto: Questões Mescladas de Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

Referente à Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Ao Conselho Nacional de Justiça compete rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

b) Nos tribunais com número superior a vinte e três julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e três membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

d) Lei complementar, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

Questão 158

Assunto: Questões Mescladas de Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **correta.**

a) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional, sendo dois dentre oficiais generais da Marinha, três dentre oficiais generais do Exército, dois dentre oficiais generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e quatro dentre civis.

b) Aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos no mínimo dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

c) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

d) São privativos de brasileiro nato os cargos de oficial das Forças Armadas e de Ministro da Justiça.

e) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Questão 159

Assunto: Funções institucionais (Ministério Público)

Sobre as disposições constitucionais acerca do Ministério Público e seus membros, assinale a alternativa **correta.**

a) O Ministério Público abrange apenas o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.

b) A legitimação do Ministério Público para as ações civis impede a legitimidade de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.

c) Aos Membros do Ministério Público, é vedado exercer, salvo quando em disponibilidade, qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.

d) Dentre as funções institucionais do Ministério Público, encontra-se defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

e) A autorização pela maioria simples do Senado Federal deverá preceder a destituição do Procurador- Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

Questão 160

Assunto: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

O Ministério Público do Trabalho, órgão bastante atuante junto à Justiça do Trabalho, está sujeito ao controle da atuação administrativa e financeira exercido pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Acerca do exposto, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de doze membros nomeados pelo Presidente da República.

b) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

c) Os mandatos dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público terão duração de três anos, admitida uma recondução.

d) Compete ao Procurador-Geral da União presidir o Conselho Nacional do Ministério Público.

e) O Conselho Nacional do Ministério Público será composto, dentre outros membros, de três advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 161

Assunto: Questões Mescladas de Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Acerca das disposições constitucionais relativas ao Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

b) A garantia de vitaliciedade prevista para os Membros do Ministério Público do Trabalho deve estar prevista em lei ordinária de iniciativa privativa do Procurador-Geral da República.

c) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.

d) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

e) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

Questão 162

Assunto: Questões Mescladas de Funções Essenciais à Justiça (arts. 127 a 135 da CF/1988)

Sobre as funções essenciais à justiça e de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa **correta.**

a) Em qualquer hipótese, o advogado, que é considerado indispensável à administração da justiça, tem garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

b) A unidade, a indivisibilidade e a interdependência funcional com o Ministério Público são princípios institucionais da Defensoria Pública.

c) Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

d) Incumbe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, apenas a representação judicial da União.

e) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Questão 163

Assunto: Questões Mescladas de Funções Essenciais à Justiça (arts. 127 a 135 da CF/1988)

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, são Funções Essenciais à Justiça, **EXCETO**

a) o Ministério Público.

b) a Advocacia Pública.

c) a Advocacia.

d) a Defensoria Pública.

e) o Tribunal de Contas da União.

Questão 164

Assunto: Questões Mescladas de Funções Essenciais à Justiça (arts. 127 a 135 da CF/1988)

De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa **correta** acerca das Funções Essenciais à Justiça.

a) O Ministério Público da União compreende apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.

b) A destituição do Procurador- Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

c) São princípios institucionais da Defensoria Pública a pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional.

d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado- Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) É vedado, aos membros do Ministério Público, exercer a advocacia e qualquer outra função pública, inclusive de magistério.

Questão 165

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Acerca do Estado de Defesa e Estado de Sítio, e de acordo com as disposições constitucionais, assinale a alternativa **correta.**

a) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo vedado, porém, instituir restrições aos direitos de reunião exercidos no seio das associações.

b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

c) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso nos casos previstos pela constituição federal.

d) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

e) O Congresso Nacional suspenderá suas atividades até o término das medidas coercitivas durante a decretação do estado de sítio.

Questão 166

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

A respeito do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, com base no que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, é **correto** afirmar que

a) a declaração de estado de guerra é um dos motivos que justificam a decretação do Estado de Defesa.

b) preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por calamidades de grandes proporções na natureza são motivos que justificam a decretação do Estado de Sítio.

c) a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Sítio justifica a decretação do Estado de Defesa.

d) tanto no Estado de Sítio quanto no Estado de Defesa o Congresso continuará em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

e) não há o que se falar em responsabilização por ilícitos cometidos pelos executores ou agentes do Estados de Sítio e de Defesa praticados durante a sua vigência.

Questão 167

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta acerca do que o texto constitucional disciplina sobre o Estado de Defesa e o Estado de Sítio.

a) O decreto que instituir o Estado de Defesa poderá restringir o direito de reunião, salvo se exercido no seio das associações.

b) O decreto que instituir o Estado de Defesa não poderá, em hipótese alguma, restringir os direitos ao sigilo de correspondência, comunicação telegráfica e telefônica.

c) O tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a vinte dias, podendo ser prorrogado por quantas vezes forem necessárias, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

d) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.

e) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio, dentre outras hipóteses, no caso de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

Questão 168

Assunto: Estado de Defesa e de Sítio (arts. 136 a 141 da CF/1988)

Consoante às disposições contidas na Constituição Federal acerca do estado de defesa e estado de sítio, assinale a alternativa **correta.**

a) O Presidente da República deve, ouvidos o Ministro de Estado da Defesa e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

b) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a quarenta e cinco dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

c) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a quinze dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

d) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

e) O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.

Questão 169

Assunto: Forças Armadas (arts. 142 e 143 da CF/1988)

Sobre as leis que compõem a Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

a) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto militarmente quando a ordem pública for ameaçada pela corrupção.

b) As Forças Armadas devem garantir a defesa da Pátria e os poderes constitucionais.

c) As manifestações nas ruas não são legítimas e constitucionalmente asseguradas.

d) É autorizada a intervenção militar para mudança de governo quando extremamente necessário.

e) Defende-se a intervenção militar, pois a função principal das Forças Armadas é a segurança pública como dever do Estado e exercida para a preservação dessa ordem e a integridade das pessoas e do patrimônio.

Questão 170

Assunto: Forças Armadas (arts. 142 e 143 da CF/1988)

Considerando as disposições constitucionais a respeito das Forças Armadas, é **correto** afirmar que

a) são constituídas tão somente pelo Exército e pela Aeronáutica.

b) os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, e de qualquer outro encargo legal.

c) ao militar inativo é vedada a filiação partidária.

d) ao militar, desde que respeitadas as disposições legais, são permitidas a sindicalização e a greve.

e) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

Questão 171

Assunto: Forças Armadas (arts. 142 e 143 da CF/1988)

Tendo como base a Constituição Federal, assinale a alternativa **correta** acerca das Forças Armadas e da Segurança Pública.

a) Ao militar, é permitido o direito à sindicalização, mas vedado o direito à greve.

b) Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.

c) Em tempo de paz, o serviço militar é obrigatório nos termos da lei, inclusive aos eclesiásticos.

d) O Corpo de Bombeiros Militar não integra diretamente os órgãos de segurança pública, porém é considerado um órgão auxiliar.

e) A Polícia Rodoviária Federal é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e subordinado à Polícia Federal.

Questão 172

Assunto: Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; e polícias militares e corpos de bombeiros militares. O artigo 144 da Constituição, dentre outras coisas, dispõe que

a) incumbem às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

b) os municípios com mais de trezentos mil habitantes deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

c) a polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e pelos Estados Federados e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais e estaduais.

d) incumbe às polícias civis a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas nas localidades onde não exista delegacia de Polícia Federal.

e) os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única.

Questão 173

Assunto: Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Acerca da segurança pública, assinale a alternativa correta.

a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia

judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

b) Uma das atribuições da polícia ferroviária federal é realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

c) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, as forças auxiliares e a reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis, diretamente ao Presidente da República.

d) Uma das atribuições da polícia federal é exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a apurar infrações penais contra a ordem política e social.

Questão 174

Assunto: Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, é incumbência da polícia federal

a) o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

b) as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

c) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária dos estados.

d) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

e) o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Questão 175

Assunto: Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta referente às disposições constitucionais da segurança pública.

a) As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, ao Presidente da República.

b) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, destina-se, dentre outras hipóteses, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

c) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária da União e dos Estados membros e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

d) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a apurar infrações penais contra a ordem política e social municipal ou em detrimento dos bens, serviços e interesses do município.

e) Às polícias militares, cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Já aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Questão 176

Assunto: Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

Referente às disposições constitucionais acerca da segurança pública, analise o trecho a seguir com as respectivas assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I. polícias militares e corpos de bombeiros militares.

II. polícias civis.

III. polícia federal e polícia ferroviária federal.

IV. polícia rodoviária federal e polícia marítima federal.

a) Apenas **I** e **II**.

b) Apenas **III** e **IV**.

c) Apenas **I**, **II** e **III**.

d) Apenas **I**, **III** e **IV**.

e) Apenas **II**, **III** e **IV**.

Questão 177

Assunto: Normas gerais (finanças públicas, arts. 163 e 164 da CF/1988)

Nos termos do que estabelece a Constituição Federal de 1988, na parte que versa sobre as Finanças Públicas, a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo(a)

a) Banco do Brasil.

b) Casa da Moeda.

c) Banco Central.

d) Secretaria do Tesouro Nacional.

e) Ministério da Economia.

Questão 178

Assunto: Dos orçamentos (finanças públicas, arts. 165 a 169 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta considerando as disposições constitucionais acerca da tributação e do orçamento.

a) Ao IPTU é vedado ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e uso do imóvel.

b) Em relação ao ISS, cabe à resolução do Congresso Nacional fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.

c) Pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

e) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados por maioria dos membros do Congresso Nacional.

Questão 179

Assunto: Políticas Urbana, Agrária e Fundiária (arts. 182 a 191 da CF/1988)

Consoante a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

b) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.

c) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

d) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até dez anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

e) A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares à pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

Questão 180

Assunto: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A partir da Constituição Federal de 1988, considerada o marco da seguridade social no Brasil, os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social passam a ser assegurados como direito de todos e dever do Estado. Ao Poder Público, nos termos da lei, compete organizar a

seguridade social, com base, dentre outros, em quais objetivos?

a) Universalidade da cobertura do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; centralização na administração e gestão de recursos.

b) Universalidade da cobertura do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; equidade na forma de participação no custeio.

c) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; redutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio.

d) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados; diferenciação na distribuição de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; irredutibilidade do valor dos benefícios.

e) Cobertura do atendimento para quem dela necessita de forma seletiva; redutibilidade no custeio e no valor dos benefícios; caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Questão 181

Assunto: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

A respeito do financiamento aos recursos da seguridade social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, nos termos da lei, é **correto** afirmar que a seguridade social

a) é financiada pela própria sociedade, seja direta ou indiretamente, mediante recursos provenientes dos orçamentos de todas as esferas governamentais e pelas diversas contribuições sociais.

b) é financiada exclusivamente pelas empresas e entidades equiparadas.

c) é tão somente mantida pela receita de concursos de prognósticos.

d) se deve às empresas importadoras de bens ou serviços do exterior.

e) é mantida exclusivamente pela folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados.

Questão 182

Assunto: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Assinale a alternativa **correta** acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre a Seguridade social.

a) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

b) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

c) Os débitos com o sistema da Seguridade Social não impedem as pessoas jurídicas de contratar com o Poder Público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

d) Constitui um dos objetivos da Seguridade Social a unicidade da base de financiamento.

e) Em hipótese alguma, as contribuições sociais poderão ter alíquotas ou base de cálculo diferenciadas em razão de atividade empresarial.

Questão 183

Assunto: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

Prescreve a Constituição Federal que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bemestar e a justiça sociais. Nesse ensejo, assinale a alternativa **correta.**

a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.

b) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, e por contribuições sociais, dentre elas a do importador especificamente de bens de capital do exterior.

c) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social e as sociedades desportivas que cumpram função social.

d) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Questão 184

Assunto: Disposições gerais (seguridade social, arts. 194 e 195 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social compreende

a) ações e serviços públicos de saúde que integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único e organizado.

b) o regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

c) a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

d) um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

e) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Questão 185

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

De acordo com o inciso I do artigo 198 da Constituição Federal, a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única em cada esfera de governo. Nesse sentido, assinale a alternativa **correta** que apresenta o órgão representativo no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

a) Ministério da Saúde.

b) Ministério da Assistência Social.

c) Respectiva Secretaria de Saúde ou órgão de equivalente.

d) Respectiva Secretaria da Educação e Assistência Social.

e) Ministério da Previdência Social.

Questão 186

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acerca das disposições constitucionais que tratam da saúde, assinale a alternativa **correta.**

a) As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

b) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.

c) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

d) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

e) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, mesmo se houver previsão legal.

Questão 187

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

São considerados principais fontes de recursos fiscais empregadas pela UNIÃO para o financiamento do SUS, EXCETO

a) Imposto sobre a Renda (IR).

b) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

c) Imposto Territorial Rural (ITR).

d) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU).

Questão 188

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

O Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS), é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sendo o Brasil o único país com mais de 100 milhões de habitantes a garantir assistência integral e completamente gratuita. Esse sistema de saúde foi criado no Brasil a partir da

a) Reforma Sanitária de 1978.

b) Norma Operacional Básica de Saúde de 2000.

c) Declaração de Alma Ata de 1990.

d) Constituição Federal de 1988.

Questão 189

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Até a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a assistência a saúde no Brasil tinha caráter

a) igualitário.

b) integral.

c) meritocrático.

d) universal.

e) equânime.

Questão 190

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988 constitui-se como marco histórico da proteção constitucional à saúde e, no seu artigo 198, traz que as ações e serviços constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes:

a) descentralização, atendimento integral, participação da comunidade.

b) equidade, integralidade, igualdade.

c) universalidade, controle social, equidade.

d) resolutividade, igualdade, integralidade.

e) hierarquização, igualdade, universalidade.

Questão 191

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)

Sobre a Emenda Constitucional n° 29, que foi promulgada em 2000, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

A emenda obrigou a União a investir em saúde, em 2000, _____ a mais do que havia investido no ano anterior e determinou que, nos anos seguintes, esse valor fosse corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados ficaram obrigados a aplicar _____ da arrecadação de impostos e os municípios, _____.

a) 5%; 5%; 12%

b) 12%; 15%; 15%

c) 10%; 15%; 15%

d) 10%; 5%; 12%

e) 5%; 12%; 15%

Questão 192

Assunto: Da Saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988)
Qual artigo da constituição federal de 1988 trata das atribuições do Sistema Único de Saúde, incluindo sua participação na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico?

a) Artigo 196.

b) Artigo 197.

c) Artigo 198.

d) Artigo 199.

e) Artigo 200.

Questão 193

Assunto: Da Assistência Social (arts. 203 e 204 da CF/1988)

No tocante às previsões constitucionais acerca da assistência social, assinale a alternativa correta.

a) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, desde que mediante a devida contribuição à seguridade social.

b) A assistência social tem por objetivo a proteção à família, à maternidade, à educação, à cultura e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

c) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos somente à previdência e à assistência social.

d) É facultado aos Municípios e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até sete décimos por cento de sua receita tributária bruta.

e) O amparo às crianças e adolescentes carentes bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho constituem dentre outros, objetivos da assistência social.

Questão 194

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Segundo as determinações constitucionais, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

a) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 18 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

c) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.

d) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

e) atendimento ao educando, adstrito ao ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Questão 195

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observado(a)

a) a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.

b) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em todos os casos, para a do desporto de alto rendimento.

c) o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não profissional.

d) a proteção e o incentivo, preferencialmente, às manifestações desportivas de criação estrangeiras.

e) a democratização dos processos decisórios com participação e controle social.

Questão 196

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

De acordo com o disposto no texto constitucional, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da Educação.

a) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

b) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

c) O não- oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

d) É vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

e) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Questão 197

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Márcio, menor impúbere, pratica violência psicológica sistemática contra Bruno na escola em que estudam, expondo-o a ridículo frente aos outros alunos, inclusive durante as aulas do ensino fundamental, na presença dos professores. Em razão das repetidas ofensas, Bruno deixa de comparecer à escola, dizendo aos pais que não deseja mais frequentar a instituição de ensino, sendo diagnosticado um quadro depressivo no menor. Inconformados com a situação, os pais de Bruno procuram orientação jurídica questionando sobre as responsabilidades quanto ao caso. Com base no caso exposto, assinale a alternativa correta.

a) O Estado, nesse caso, não tem dever de garantir a lisura da conduta dos demais alunos, de forma que, sendo a educação obrigatoriedade da família, somente os pais de Márcio responderam pela conduta de seu filho.

b) O Estado só responderá caso caracterizese a negligência dos servidores públicos com relação aos fatos.

c) O Poder Público, ao receber um estudante em estabelecimento da rede oficial de ensino, assume um compromisso para com sua integridade física e psicológica, e o Estado responderá independentemente de culpa pelos danos causados a Bruno, em razão da teoria do risco administrativo.

d) Por ser um ato praticado por menor impúbere, nenhuma consequência dele advém, em razão da falta de capacidade de direito.

Questão 198

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com a Constituição de 1988:

I. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

II. O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

III. O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa, sendo assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

a) Apenas **II e III**.

b) Apenas **I e II**.

c) Apenas **I e III**.

d) **I, II e III**.

Questão 199

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, será aplicada, na manutenção e desenvolvimento do ensino,

a) pela União, nunca menos de vinte e cinco por cento, no máximo, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dezoito por cento, no mínimo.

b) pela União, nunca menos de dez por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo.

c) pela União, nunca menos de dezoito por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo.

d) pela União, nunca menos de vinte por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios vinte e cinco por cento, no máximo.

Questão 200

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) **correta**(**s**).

A Constituição Federal estabelece que o Plano Nacional de Educação deverá definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino que conduzam, entre outros, à:

I. erradicação do analfabetismo.

II. universalização do atendimento escolar.

III. melhoria da qualidade do ensino.

IV. formação para o trabalho.

V. promoção humanística, científica e tecnológica do País.

a) **I, II, III, IV e V**.

b) Apenas **I, II e III**.

c) Apenas **III**.

d) Apenas **II e III**.

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
151	e	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
152	d	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018
153	a	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2018
154	e	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2018
155	a	Instituto AOCP - TJ TRT1/TRT 1/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018
156	b	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
157	a	Instituto AOCP - Adv (CM CS Agosti)/CM C Sto Agostinho/2019
158	c	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
159	d	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
160	b	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018
161	b	Instituto AOCP - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2018
162	c	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
163	e	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
164	b	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
165	d	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
166	d	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
167	e	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
168	d	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
169	b	Instituto AOCP - Prof (Pref Betim)/Pref Betim/História/2020
170	e	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
171	b	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
172	e	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
173	d	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Necrópsia/2018
174	d	Instituto AOCP - Ag (ITEP RN)/ITEP RN/Técnico Forense/2018
175	e	Instituto AOCP - Of (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
*	*	***JESUS TE AMA***

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
176	c	Instituto AOCP - Sold (PM ES)/PM ES/Combatente/2018
177	c	Instituto AOCP - Cont (Pref Betim)/Pref Betim/2020
178	d	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
179	d	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
180	b	Instituto AOCP - RIMS (ESPBA)/ESPBA/Serviço Social Saúde do Adulto, Saúde da Criança e Saúde Mental/2020
181	a	Instituto AOCP - RIMS (ESPBA)/ESPBA/Serviço Social Saúde do Adulto, Saúde da Criança e Saúde Mental/2020
182	a	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
183	d	Instituto AOCP - Farm Bioq (UFRB)/UFRB/2019
184	d	Instituto AOCP - Ass Sau (SES PE)/SES PE/Técnico de Laboratório/Diarista Plantonista/2018
185	c	Instituto AOCP - RMSC (ESPBA)/ESPBA/Concentração em Planejamento e Gestão em Saúde Bacharel em Saúde Pública/2020
186	c	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
187	d	Instituto AOCP - Tec (Pref Vitória)/Pref Vitória/Enfermagem 30h/2019
188	d	Instituto AOCP - Tec (Pref Vitória)/Pref Vitória/Enfermagem 30h/2019
189	c	Instituto AOCP - Med (SES DF)/SES DF/Anestesiologia/2018
190	a	Instituto AOCP - Med (SES DF)/SES DF/Anestesiologia/2018
191	e	Instituto AOCP - Ana Sau (SES PE)/SES PE/Sanitarista/Diarista/2018
192	e	Instituto AOCP - Ass Sau (SES PE)/SES PE/Assistente Técnico de Administração/Diarista/2018
193	e	Instituto AOCP - Adv (Novo Hamburgo)/Pref Novo Hamburgo/CREAS SUAS/2020
194	b	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
195	a	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
196	d	Instituto AOCP - Inv (PC ES)/PC ES/2019
197	c	Instituto AOCP - Adv (Pref S Bento S)/Pref S Bento do Sul/2019
198	c	Instituto AOCP - Prof (Umuarama)/Pref Umuarama/Educação Infantil/2019
199	c	Instituto AOCP - Prof (Umuarama)/Pref Umuarama/Educação Física/2019
200	a	Instituto AOCP - Prof (Umuarama)/Pref Umuarama/Educação Física/2019
*	*	***JESUS TE AMA***

Questão 201

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

A "gestão democrática do ensino público, na forma da lei", que se estabelece na Constituição Federal de 1988, é considerada

a) um princípio.

b) uma orientação.

c) um fundamento.

d) um motivo.

Questão 202

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, poderão receber apoio financeiro do poder público as atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por

a) universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica.

b) universidades, apenas.

c) instituições de educação profissional, apenas.

d) instituições de educação tecnológica, apenas.

Questão 203

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

A Constituição Federal, Título VIII, Capítulo III, seção I, aborda a Educação. Em relação ao que está posto sobre a Educação nesse documento, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir.

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 204

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

A Constituição Federal, Título VIII, Capítulo III, seção I, aborda a Educação. Em relação ao que está posto sobre a Educação nesse documento, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir.

É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 205

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

A Constituição Federal, Título VIII, Capítulo III, seção I, aborda a Educação. Em relação ao que está posto sobre a Educação nesse documento, julgue, como VERDADEIRO ou FALSO, o item a seguir.

As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

☐ Certo

☐ Errado

Questão 206

Assunto: Da Ciência e Tecnologia (arts. 218 e 219 da CF/1988)

No que tange às disposições acerca da ciência, tecnologia e inovação previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa **correta.**

a) O Estado estimulará a articulação entre os entes públicos, nas diversas esferas de governo, visando promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, excluindo a interação com entes privados.

b) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de

colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, que terá suas normas gerais previstas em lei estadual.

c) Apenas a União, os Estados e o Distrito Federal poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

d) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

e) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento não prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

Questão 207

Assunto: Da Comunicação Social (arts. 220 a 224 da CF/1988)

Seguindo as diretrizes da Constituição Federal de 1988, a produção e a programação de emissoras de rádio e televisão no Brasil devem atender a alguns princípios. Referente a esse princípios, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Preferência por programas com finalidade educativa, artística, cultural e informativa.

II. Preferência por programas de entretenimento, cultura visual e nacional.

III. Devem promover a cultura nacional e regional.

IV. Regionalização da produção cultural, artística e jornalística com percentuais estabelecidos em Lei.

a) Apenas **I** e **IV**.

b) Apenas **I**, **III** e **IV**.

c) Apenas **II**, **III** e **IV**.

d) Apenas **II** e **III**.

e) Apenas **III** e **IV**.

Questão 208

Assunto: Do Meio Ambiente (art. 225 da CF/1988)

A Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público está incumbido, dentre outras ações, de

a) exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.

b) prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.

c) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

d) proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público.

e) promover a pesquisa e manipulação de material genético.

Questão 209

Assunto: Do Meio Ambiente (art. 225 da CF/1988)

Assinale a alternativa **correta** tendo em vista a Constituição Federal.

a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

b) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica proposta por seu respectivo departamento competente.

c) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, mediante políticas específicas, vedada a participação de entidades não governamentais.

d) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em asilos e casas de repouso credenciadas junto ao Poder Público.

e) Aos maiores de sessenta anos, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Questão 210

Assunto: Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso (arts. 226 a 230 da CF/1988)

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse âmbito, o direito à proteção especial do adolescente e do jovem abrangerá o(s) seguinte(s) aspecto(s):

a) idade mínima de 13 anos para admissão ao trabalho.

b) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

c) obediência aos princípios da dilação, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.

d) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de curatela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

e) programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, excluindo o atendimento à criança.

Questão 211

Assunto: Dos Índios (arts. 231 e 232 da CF/1988)

No que tange às disposições constitucionais acerca dos índios, assinale a alternativa **correta.**

a) São reconhecidos aos índios: sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo privativamente aos Estados federados demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

b) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter transitório pelo prazo mínimo de 10 anos, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem- estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

c) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só pode ser efetivado com autorização do Senado Federal, dispensada a oitiva das comunidades afetadas, na forma da lei.

d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

e) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em algumas hipóteses previstas em lei, o retorno imediato logo que cesse o risco.

Questão 212

Assunto: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT

Ao findar de 2019, houve a inclusão de uma Proposta de Emenda Constitucional, a qual, caso aprovada, propõe alterações referentes à sustentabilidade financeira nos municípios brasileiros com até cinco mil habitantes, permitindo a extinção de alguns deles. Sobre essa PEC, assinale a alternativa correta.

a) O Município que não comprovar sua sustentabilidade financeira deverá ser incorporado a outro imediatamente a partir da promulgação da lei.

b) Municípios do Sul e Sudeste são os que menos teriam municípios extintos, caso a Proposta de Emenda Constitucional seja aprovada.

c) O Município que não comprovar sua sustentabilidade financeira pode recusar a incorporação a outro a partir de plebiscito.

d) O Município com melhor índice de sustentabilidade financeira será o incorporador e poderá incorporar até três municípios a ele, desde que não comprovada a sustentabilidade financeira dos mesmos.

e) Municípios que seriam incorporados a outros são menos que 3% do total de municípios com até cinco mil habitantes.

Questão 213

Assunto: Formas de Controle: Sistemas, Momentos, Modelos e Vias de Controle

"A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à de rigidez constitucional e proteção dos direitos fundamentais" (MORAES, 2011, p. 729). Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.

a) O Brasil adotou, na Constituição Federal de 1988, o sistema kelseniano de controle de constitucionalidade, de forma que a adequação formal das normas à constituição é apreciada em abstrato por um órgão jurisdicional de grau superior destinado exclusivamente a este fim, sendo vedado o controle constitucional por outros integrantes da jurisdição.

b) A decisão do Juiz ou Tribunal, em sede de ação civil pública cujo objeto único da demanda é a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, produz efeitos erga omnes, dado o caráter coletivo do remédio jurídico eleito, o que não representa usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal.

c) É admitido pelo Supremo Tribunal Federal o controle de constitucionalidade durante o processo legislativo, especialmente em relação à fiel observância das normas constitucionais do referido processo legislativo.

d) É impossível a realização de controle concentrado de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal sobre leis ou atos normativos municipais.

Questão 214

Assunto: Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão (ADI por Omissão)

Inconstitucionalidade é a desconformidade entre uma norma da Constituição e outra infraconstitucional. A respeito do Controle de Constitucionalidade, é **correto** afirmar que

a) a cláusula de reserva de plenário, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, caracteriza-se como condição de eficácia jurídica da declaração de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público.

b) por meio da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), busca-se declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

c) a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) caracteriza-se como meio de controle difuso de constitucionalidade.

d) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não pode se dar na modalidade incidental, somente autônoma.

e) são algumas das peculiaridades da Ação Direta Genérica de Inconstitucionalidade (ADI genérica): admite desistência, é passível de ação rescisória e pode ter seu objeto ampliado pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 215

Assunto: Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

Referente ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

a) São legitimados, dentre outros, para propor a ação direta de inconstitucionalidade o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.

b) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei

ou ato normativo federal, estadual ou municipal, excetuados os anteriores à Constituição.

c) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.

d) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade ou a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, admitir-se-á desistência no prazo de 30 (trinta) dias.

e) Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

Questão 216

Assunto: Questões Mescladas de Controle de Constitucionalidade

A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à rigidez constitucional e à proteção dos direitos fundamentais. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa **correta.**

a) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.

b) No direito constitucional brasileiro, em regra, foi adotado o controle de constitucionalidade repressivo jurídico ou judiciário, porém, o art. 49, V, da Constituição prevê uma exceção à regra, pois prevê que compete ao Presidente sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

c) As comissões de constituiçã o e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle preventivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.

d) No Brasil, a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade existe desde a primeira Constituição republicana de 1934.

e) A inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal pode ser declarada pelo voto da maioria simples dos membros presentes do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário (turma, câmara ou seçã o), em respeito à previsão do art. 97 da Constituiçã o Federal.

Questão 217

Assunto: Dos Fundamentos do Estado (arts. 1º a 4º da CE-SP)
De acordo com a Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana é um

a) dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

b) dos Poderes do Estado.

c) dos Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil.

d) Princípio da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

e) objetivo restrito à gestão estadual.

Questão 218

Assunto: Constituição do Estado de Santa Catarina

Assinale a alternativa **correta** considerando a Constituição do Estado de Santa Catarina.

a) No âmbito das competências concorrentes entre os entes federados, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

b) A Constituição do Estado de Santa Catarina pode ser emendada, dentre outras hipóteses, mediante proposta de pelo menos cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído por no mínimo vinte Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.

c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e as campanhas dos órgãos e entidades da administração pública, ainda que não custeadas diretamente por esta, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar símbolos, expressões, nomes ou imagens que caracterizem promoção

pessoal de autoridades ou servidores públicos, e serão suspensas cento e vinte dias antes das eleições, ressalvadas as essenciais ao interesse público.

d) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão de tribunal especial, em tempo de paz, ou do Tribunal de Justiça, em tempo de guerra.

e) O Estado aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema de ensino.

Questão 219

Assunto: Constituição do Estado de Santa Catarina

Referente à Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta.**

a) Reconhecida a inconstitucionalidade, por omissão de medida para tornar efetiva norma dessa Constituição, a decisão será comunicada ao Poder competente, para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo, e, em se tratando de órgão administrativo, para cumprimento em sessenta dias.

b) A administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado certidão ou cópia autenticada, no prazo máximo de quinze dias, de atos, contratos e convênios administrativos, sob pena de responsabilidade da autoridade competente ou do servidor que negar ou retardar a expedição.

c) A licitação e a contratação de obras públicas são proibidas no período de até cento e oitenta dias precedentes ao término do mandato do Governador do Estado, salvo situação de comprovada urgência, especificação na lei de diretrizes orçamentárias ou decorrentes de recursos provenientes de financiamentos externos ou repasses da União.

d) É inamovível, salvo por determinação do Governador do Estado, o servidor público estadual eleito Vereador.

e) A abertura de concurso público para cargo de provimento efetivo será obrigatória sempre que o número de vagas atingir um quinto do total de cargos da categoria funcional.

Questão 220

Assunto: Da Competência do Distrito Federal (arts. 14 a 18 da LO-DF)

Levando em conta o que dispõe a Lei Orgânica do Distrito Federal e suas alterações, assinale a alternativa correta acerca das competências do Distrito Federal.

a) Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, dispor sobre serviços funerários e administração dos cemitérios.

b) Compete privativamente ao Distrito Federal conservar o patrimônio público.

c) Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, exercer o poder de polícia administrativa.

d) Compete privativamente ao Distrito Federal legislar sobre proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, paisagístico e turístico.

e) Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, legislar sobre custas de serviços forenses.

Questão 221

Assunto: Do Poder Executivo (arts. 87 a 109 da LO-DF)

De acordo com o estabelecido na Lei Orgânica do Distrito Federal e suas alterações, assinale a alternativa correta acerca dos cargos de Governador e Vice-Governador.

a) Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, o Presidente da Câmara Legislativa assumirá o comando do executivo distrital pelo restante do mandato.

b) Constitui uma das condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador do Distrito Federal possuir idade mínima de trinta anos.

c) O Governador e o Vice-Governador deverão residir no Distrito Federal ou no Estado de Goiás.

d) O Governador e o Vice-Governador do Distrito Federal poderão afastar-se durante 60 dias, trinta a cada semestre, a título de férias, em cada ano de seu mandato.

e) O Governador e o Vice-Governador poderão, a qualquer momento, independentemente de licença da Câmara Legislativa, ausentar-se do Distrito Federal, por qualquer período, desde que previamente comunicado ao legislativo.

N°	GAB	DIREITO CONSTITUCIONAL
201	a	Instituto AOCP - Ass CMEI (Cariacica)/Pref Cariacica/2019
202	a	Instituto AOCP - TILBS (Cariacica)/Pref Cariacica/2019
203	c	Instituto AOCP - Tec (UNIR)/UNIR/Assuntos Educacionais/2018
204	c	Instituto AOCP - Tec (UNIR)/UNIR/Assuntos Educacionais/2018
205	c	Instituto AOCP - Tec (UNIR)/UNIR/Assuntos Educacionais/2018
206	d	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
207	b	Instituto AOCP - TU (UEFS)/UEFS/Técnica/Radialismo/2018
208	b	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
209	a	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
210	b	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
211	d	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
212	d	Instituto AOCP - Geo (Pref Betim)/Pref Betim/2020
213	c	Instituto AOCP - Adv (Pref S Bento S)/Pref S Bento do Sul/2019
214	a	Instituto AOCP - Esc Pol (PC ES)/PC ES/2019
215	c	Instituto AOCP - Ana (Pref Betim)/Pref Betim/Jurídico/2020
216	c	Instituto AOCP - Aux Per ML (PC ES)/PC ES/2019
217	a	Instituto AOCP - Ag Fisc Agro (ADAF)/ADAF/2018
218	e	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
219	e	Instituto AOCP - Of (PM SC)/PM SC/2018
220	e	Instituto AOCP - Med (SES DF)/SES DF/Anestesiologia/2018
221	b	Instituto AOCP - Med (SES DF)/SES DF/Anestesiologia/2018
*	*	***JESUS TE AMA***

SIGA-NOS
Instagram

PARTICIPE DO NOSSO GRUPO:
Grupo Concurseiros Abençoados II

CURTA NOSSA PÁGINA
facebook.com/concurseirosabencoados

SUGESTÕES, ELOGIOS OU CRÍTICAS.
concurseirosabencoados@gmail.com

INSCREVA-SE EM NOSSO CANAL
https://goo.gl/KFK1Am

DESENVOLVIDO POR:

CONCURSEIROS Abençoados

"E Jesus disse-lhe: Se tu podes crer, tudo é possível ao que crê." (Marcos 9:23).